



SANCIONO		
Em. 04	de Janeiro	de 20 01/0
_____ Prefeito Municipal		

**ESTADO DE GOIAS
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINORTE**

LEI MUNICIPAL LEI Nº 390/2010

DE 04 DE JANEIRO DE 2010.

***ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA
DO MUNICIPIO PARA O EXERCICIO DE
2010.***

A CAMARA MUNICIPAL DE CAMPINORTE, aprova e
Eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

**CAPITULO I
DAS DISPOSIÇÕES COMUNS**

Art. 1º - Esta lei orça a receita e fixa a despesa do Município de Campinorte, para o exercício de 2010, no valor global de R\$13.862.000,00 (treze milhões e oitocentos e sessenta e dois mil reais), envolvendo os recursos de todas as fontes, compreendendo:

- I- Orçamento Fiscal;
- II- Orçamento da Segurança Social;

**CAPITULO II
DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Art. 2º- Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social serão detalhados, em seu menor nível, através dos elementos da despesa detalhados no Anexo ao Decreto, parte integrante desta Lei.

§ 1º- Na programação e execução dos orçamentos fiscal e da seguridade social será utilizada a classificação da despesa por sua natureza, onde deverão ser identificados a categoria econômica, o grupo da despesa, a modalidade de aplicação e o elemento.

§ 2º- O chefe do Poder Executivo devesa estabelecer e publicar anexo às normas de execução do orçamento a classificação das despesas mencionada no parágrafo anterior.

Art 3º - A receita é orçada e a despesa fixada em valores iguais a de R\$13.862.000,00 (treze milhões e oitocentos e sessenta e dois mil reais)

§ 1º - Incluem-se no total referido neste artigo os recursos próprios das autarquias, fundações e fundos especiais.

§ 2º A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, transferências e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente e das especificações constantes no anexo, de acordo com o seguinte desdobramento:


TITULOS	VALOR RS
1 – RECEITAS CORRENTES	12.732.924,57
Receitas Tributárias	1.160.810,00
Receitas de Contribuições	
Receitas Patronais	36.000,00
Transferências Correntes	11.297.581,00
Outras Receitas Correntes	238.533,57
2 – RECEITAS DE CAPITAL	2.047.675,50
Operações de Crédito Internas	70.000,00
Alienação de Bens	77.675,50
Transferências de Capital	1.900.000,00
7- RECEITAS INTRA-ORÇAMENTARIAS CORRENTES	400.000,00
Receitas de Contribuições	400.000,00
9 – RECEITAS RETIFICADORAS FUNDEF	-1.318.600,07
Deduções de Receitas Correntes	-1.318.600,07
TOTAL GERAL	13.862.000,00

§ 3º - Em se tratando do recebimento de receitas não previstas nesta lei, o setor responsável as inscreverá na data do crédito na forma estabelecida nas portarias respectivas da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda – STN/MF, para a contabilização das receitas, procedendo-se a abertura dos códigos de receitas competentes.

Art 4º - A despesa, no mesmo valor da receita, é fixada em R\$13.862.000,00 (treze milhões e oitocentos e sessenta e dois mil reais)

Art. 5º - A despesa será realizada com observância da programação constante dos quadros que integram esta lei, apresentando o seguinte desdobramento:

I –DESPESAS POR ORGAO DE GOVERNO	VALOR RS
01 – Poder Legislativo	640.000,00
02 – Prefeitura Municipal	6.942.000,00
03– FUNDEB	2.100.000,00
04 – IPAFC	300.000,00



05 – FMS	
07 – FMAS	2.650.000,00
TOTAL GERAL	1.230.000,00
	13.862.000,00

II –DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS POR ORGAO DE GOVERNO	VALOR R\$
RECURSOS DO TESOIRO	
1- Prefeitura	
2 – Câmara	640.000,00
3 –Reserva de Contingência	6.642.000,00
	300.000,00
RECURSOS PROPRIOS DAS AUTARQUIAS E FUNDACÕES	
03 – FUNDEB	
04 –IPAFC	2.100.000,00
05 – FMS	300.000,00
06 – FMAS	2.650.000,00
	1.230.000,00
TOTAL GERAL	
	13.862.000,00

Art. 6º - Ficam aprovados os orçamentos das entidades autárquicas, fundacionais e fundo especiais do Poder Executivo em importâncias iguais para a receita orçada e a despesa fixada, aplicando-se as mesmas regras e as autorizações à administração direta por força desta lei.

CAPITULO III DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CREDITOS SUPLEMENTARES

Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a excluir os casos previstos nesta lei, abrir créditos suplementares, ate o limite de 70% (setenta por cento) sobre o total da despesa nela fixada.

CAPITULO IV DAS OPERAÇÕES DE CREDITO

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de credito por antecipação da receita ate o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da receita orçada constante do art. 3º desta lei.

CAPITULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a estabelecer normas complementares pertinentes à execução do orçamento e, no que couber adequá-lo as disposições da Lei Orgânica do Município, compreendendo também a programação financeira para o exercício 2010.



Art. 10º - Ficam agregados aos orçamentos do Município os valores indicativos constantes ao Anexo a esta lei.

Art. 11 – Todos os valores recebidos pelas unidades da administração direta, autarquias, fundações e fundos especiais deverão, para sua movimentação, ser registrados nos respectivos orçamentos.

Parágrafo único – Excluem-se do disposto neste artigo os casos em que por força de lei, normas especiais ou exigências do ente repassador, o registro deva ser feito através do grupo extra-orçamentário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campinorte, Estado de Goiás, aos 04 dias do mês de janeiro do ano de 2010.


WANDER ANTUNES BORGES
Prefeito Municipal

SANCIONO		
Em 04	de Janeiro	de 2010
 Prefeito Municipal		

Certifico e dou fé que publiquei no placard da Prefeitura Municipal	
Em 04	de Janeiro de 2010
